

Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

A SITUAÇÃO DA CAIXA ECONÓMICA E DO MONTEPIO: análise das contas do período 2015-1º sem.2018 e a necessidade de salvar o Montepio

INFORMAÇÃO 5/2018 AOS ASSOCIADOS DO MONTEPIO

Neste estudo analisamos, utilizando também as contas do 1º sem.2018 publicadas no prazo limite imposto pela lei, a evolução da situação da Caixa Económica desde que Tomás Correia foi afastado da sua administração em 2015 após anos de gestão desastrosa até ao fim do 1º sem.2018, ou seja, incluindo a administração de Carlos Tavares, embora de uma forma muito sintética. Isto para quem esteja interessado em conhecer a situação do Montepio fique com uma informação objetiva da situação real atual. No entanto, sem esquecer o passado recente a análise centra-se, por motivos óbvios, no 1ºsem.2018, ou seja na administração de Carlos Tavares. Embora o estudo seja longo, para ser fundamentado, basta o leitor ler o que está a amarelo para ficar uma informação da situação real da CEMG e da AMMG

Em relação à CEMG, a conclusão que se tira é que entre o 1º sem.2017 e o 1º sem.2018, ou seja, com Carlos Tavares, a Margem Financeira diminuiu de 143 milhões e para 134 milhões €; o produto bancário diminuiu de 249 milhões € para 201 milhões €; o “cost-to-income”, que é uma medida de eficiência, agravou-se pois passou de 55,1% para 66%; o credito bruto e o credito liquido diminuíram, o 1º em 1.163 milhões € (-366 milhões desde 31.12.2017) e, o 2º, em 1.072 milhões € (-403M€ desde Dez.2017);os Capitais Próprios sofreram uma redução de 128,5 milhões €. E o lucro de 15,8 milhões € do 1º sem.2018 foi obtido à custa de cerca de 11 milhões € de lucros do FINIBANCO de Angola que dificilmente serão transferidos daquele país (sem eles ficam reduzidos apenas a 5 milhões €, ou seja, menos do que o 1º sem.2017 em que se considerou 5 milhões € de lucros do FINIBANCO) e de imparidades transferidas de 2018 para 2017. Para agravar tudo isto, a atual administração criou um clima de instabilidade e insegurança nos trabalhadores.

Em relação à Associação Mutualista a situação é ainda mais grave porque Tomás Correia continua a ocultar aos associados, perante a passividade dos supervisores, informação sobre a situação real da AMMG. O pouco que se sabe é que o numero de associados continua a diminuir e a Margem Associativa até julho de 2018 foi negativa no montante de 131 milhões o que mostra que os associados continuam a levantar as suas poupanças por falta de confiança na atual administração que é urgente afastar nas eleições de Dez.2018.

I - ANALISE DAS DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA CEMG ENTRE 2015-2018: a redução por Carlos Tavares dos resultados líquidos de 30 milhões € em 2017 apresentados por Félix Morgado para apenas 7,8 milhões € é uma ajuda para os resultados em 2018

No quadro 1 reuniram-se os dados das rúbricas mais importantes das Demonstrações de Resultados consolidadas da CEMG referente ao período 2015-1º semestre de 2018.

Quadro 1- DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS DA CEMG- MONTEPIO - 2015 /1º Sem.2018 (Administrações de Tomás Correia, José Morgado e Carlos Tavares)							
RÚBRICAS	2015 - Tomás Correia Milhões €	2016 Félix Morgado Milhões €	1ºsem.-2017 Félix Morgado Milhões €	2017 Félix Morgado/C. Tavares Milhões €	1º sem.2018 Carlos Tavares Milhões €	2015-2017 Milhões €	1º sem.2018 - 1ºsem.2017 Milhões €
Juros e rendimentos similares	643	534	254	421	197	-223	-57
Juros e encargos similares	416	281	111	154	63	-261	-48
MARGEM FINANCEIRA	228	253	143	266	134	39	-9
Rendimentos de instrumentos de capital	4	12	8	13	8	9	0
Margem financeira alargada	231	265	151	279	142	48	-9
Receitas de comissões	135	136		150		15	0
Encargos com comissões	33	34		30		-3	0
COMISSÕES LIQUIDAS	102	101	55	120	57	18	2
PRODUTO BANCARIO "CORE" (negócio bancário)	329	355	199	386	192	57	-7
Resultados operações financeiras	114	54	22	84		-31	-22
Outros resultados de exploração			16		-4		
PRODUTO BANCÁRIO	455	372	249	505	201	50	-48
CUSTOS OPERACIONAIS	359,3	283,8	137,1	268,0	132,7	-91,3	-4,4
Custos com pessoal	204,0	165,5	84,6	156,2	84,2	-47,8	-0,4
Gastos gerais administrativos	128,7	94,0	40,0	87,0	36,4	-41,7	-3,6
Amortizações	26,6	24,3	12,5	24,8	12,1	-1,8	-0,4
COST-TO-INCOME (Custos operacionais/Produto bancário)	78,9%	76,4%	55,2%	53,0%	66,1%	-32,8%	19,8%
CUSTOS OPERACIONAIS/PRODUTO BANCARIO "CORE"	109,1%	80,0%	69,0%	69,4%	69,2%	-36,4%	0,3%
Imparidades de crédito líquidas	259	182	64	161	46	-98	-18
Imparidades de outros ativos líquidas de reversões e recuperações	101	79	28	31	14	-70	-14
SOMA DAS IMPARIDADES	359	261	91	191	59	-168	-32
RESULTADOS OPERACIONAIS (antes IRC)	-269	-174	22	46	8	314	-14
Impostos correntes (-)	1	-2	-4	6	2	5	6
Impostos diferidos (+)	25	98	-9	-36		-61	9
Resultados de operações em descontinuação (FINIBANCO Angola)			5		12		7
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	-243,4	-84,5	13,0	7,8	15,8	251	2,8
RACIOS DE SOLVABILIDADE E LIQUIDEZ, Nº TRABALHADORES E DE BALCÕES							
Common Equity Tier 1 (CET 1)	8,82%	10,4%	12,6%	13,2%	13,5%	49,7%	7,1%
Tier 1	8,82%	10,4%	12,6%	13,2%	13,5%	49,7%	7,1%
Rácio Total	9,74%	10,9%	12,9%	13,3%	13,6%	36,6%	5,4%
Liquidity Coverage Ratio (LCR)- Rácio liquidez	111,4%	106,6%	113,5%	153,2%	151,0%	37,5%	33,0%
NPE(Non Performing Exposures)/Crédito bruto	20,7%	18,7%	18,8%	16,4%	15,8%	-20,8%	-16,0%
Balcões em Portugal	421	327	325	324	324	-3	-1
CEMG Portugal - Trabalhadores	3871	3 588	3 592	3 630	3 638	42	46
Grupo CEMG - Balcões	451	360	360	358	358	-2	-2
Grupo CEMG - Trabalhadores (*)	4248	3 806	3 796	3 387	3 841	-419	45

(*) Exclui trabalhadores cedidos à AMMG - FONTE: Contas anuais de 2016 e 2017, e contas semestrais de 2017 e 2018 - Caixa Económica Montepio Geral

Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

Começamos pela Margem Financeira entre 2015 e 2018, e da forma como foi obtida.

1. A Margem Financeira que vinha aumentando desde 2015 com a administração de Félix Morgado, diminuiu entre o 1º sem.2017 e o 1º sem.2018 com Carlos Tavares, e continua a ser conseguida fundamentalmente à custa da redução dos juros pagos aos depositantes e não devido ao aumento do negócio bancário que continuou a cair

A margem financeira é o negócio por excelência de um banco como a CEMG, pois decorre da sua função de intermediação (*captação de depósitos pelos quais tem de pagar juros e, utilizando-os, conceder crédito às famílias e às empresas pelos quais recebe juros*).

A análise dos dados anuais referentes a 2015, 2016 e 2017 relativos à Margem Financeira, constantes do quadro 1 revela que o seu valor aumentou de uma forma continua: 2015: 228 milhões €; 2016: 253 milhões €; e 2017: 266 milhões€, ou seja, entre 2015, último ano da administração de Tomás Correia, e 2017, último ano da administração de Félix Morgado, a Margem Financeira, apesar de todas as dificuldades, aumentou em 16,7% (+38 milhões €)

Se agora comparamos o 1º semestre de 2018, período da administração de Carlos Tavares com o período homólogo de 2017, ou seja, o 1º sem.2017, concluímos que a Margem financeira da CEMG diminuiu de 143 milhões € para 134 milhões €, ou seja, em -6,3%. E tenha presente que mesmo esta Margem financeira do 1º sem.2018 só foi conseguida à custa de cerca de 11 milhões € de juros devolvidos pelo BCE resultantes de recálculos de juros que tinha cobrado no passado que estão incluídos em juros e rendimentos recebidos. E se analisar a forma como tem sido obtida a Margem Financeira concluímos que ela tem sido alcançada fundamentalmente à custa dos depositantes *ie* não à custa da concessão de mais crédito. Assim, entre 2015 e 2017, os juros pagos aos depositantes pelos seus depósitos com os quais é financiado cerca de 65% do Ativo da CEMG diminuíram de 416 milhões € para apenas 154 milhões € (-262M€; -63% em 2 anos) e, entre o 1º sem.2017 e o 1º sem.2018, os juros pagos aos depositantes reduziram-se de 111 milhões € para apenas 63 milhões € (-43,2% em apenas num espaço de um ano e considerando somente um semestre). Pode-se dizer com verdade que são os depositantes que continuam a suportar/financiar a Margem financeira da CEMG. Entre 2015 e 2017, e como mostra também o quadro, os juros cobrados pela CEMG fundamentalmente pela concessão de crédito diminuíram de 643 milhões € para 421 milhões € (-34,5%) e, entre o 1º sem.2017 e o 1º sem.2018, já com a administração de Carlos Tavares, os juros cobrados pela CEMG diminuíram também de 254 milhões € para 197 milhões € (-22,4%), o que mostra bem que a administração de Carlos Tavares não está a conseguir recuperar a CEMG.

2. O aumento importante da receita de comissões no 1º sem.2018 à custa dos depositantes

Face à diminuição continuada das receitas com a concessão crédito, devido à queda continuada do crédito concedido, os bancos tem recorrido de uma forma sistemática à multiplicação e aumento das comissões sobre os clientes, incluindo depositantes, para cobrir a receitas que não conseguem obter com a concessão de crédito, compondo os resultados.

A CEMG, apesar de ser um banco pertencente a um grupo Mutualista não foge à regra e, entre 2015 e 2018, registou um aumento importantes quer das comissões cobradas, quer das comissões líquidas, que se obtém deduzindo à receita bruta de comissões cobradas o valor das comissões que pagou. Assim, entre 2015 e 2017, as comissões líquidas cobradas pela CEMG aumentaram de 102 milhões € para 120 milhões € (+3,3%) mas, entre o 1º semestre de 2017 e o 1º semestre de 2018 cresceram de 218 milhões € para 239 milhões € (+9,6%). São comissões que atingem fundamentalmente, e mais uma vez, os depositantes.

3. A diminuição do “produto bancário core” e do Produto bancário no 1º sem.2018

O “*Produto bancário core*”, que se obtém somando a Margem financeira e as Comissões líquidas, é o barómetro por excelência da atividade bancária. Entre 2015 e 2017, aumentou de 329 milhões € para 386 milhões €, ou seja, em 17,3%. Mas entre o 1º semestre de 2017 e o 1º semestre de 2018 passou apenas de 199 milhões € para 192 milhões €, ou seja registou uma redução de 3,5%.

Esta diminuição verificado no “*Produto bancário core*” é uma consequência, por um lado, da incapacidade revelada pela atual administração para aumentar a carteira de crédito da CEMG

Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

e, por outro lado, do esgotamento do meio que tem sido utilizado para aumentar a Margem financeira, ou seja, à custa da redução dos juros pagos aos depositantes (custo do “funding”).

Por outro lado, entre 2015 e 2017, o Produto Bancário, que corresponde ao VAB da banca, aumentou de 455 milhões € para 505 milhões €, ou seja, em 11% enquanto, entre o 1º sem.2017 e o 1.sem.2018, diminuiu de 249 milhões € para 201 milhões €, ou seja, em -19,3%, o que confirma que a administração de Carlos Tavares, imposta por uma assembleia geral da CEMG em que só esteve presente em representação da Associação Mutualista Tomás Correia, não está a conseguir recuperar a CEMG.

4. A redução significativa dos custos operacionais à custa dos trabalhadores e o agravamento do “cost-to-income”, medida de eficiência

Os Custos operacionais ou de estrutura, que incluem os custos de pessoal, os custos gerais administrativos e as amortizações, diminuíram, entre 2015 e 2017, de 359,3 milhões € para 268 milhões €, ou seja, em 91,3 milhões € e, entre o 1º sem.2017 e o 1ºsem.2018, passaram de 137,1 milhões € para 132,7 milhões € (-4,4 milhões €). Mas dentro destes, os que sofreram maior redução foram os custos de pessoal que, entre 2015 e 2017, diminuíram em 48 milhões € e, entre o 1º sem.2017 e o 1º sem.2018, passaram de 84,6 milhões € para 84,2 milhões €, o que revela que não se verificou nenhuma inversão na diminuição das despesas com os trabalhadores. E custo de vida não para de aumentar o que se reflete nos trabalhadores.

Devido à evolução do Produto Bancário (entre 2015 e 2017, aumentou de 455 milhões € para 505 milhões €), o “cost-to-income”, que é um rácio que se obtém dividindo os Custos Operacionais (Custos de Pessoal + Custos Gerais Administrativos + Amortizações) pelo Produto Bancário, sendo na banca utilizado como um indicador de eficiência, registou, entre 2015 e 2017, uma redução significativa pois baixou de 78,9% para apenas 53% mas, entre o 1º sem.2017 e o 1º sem.2018, aumentou de 55,2% para 66,1%, o que revela uma inversão preocupante durante a administração de Carlos Tavares. É uma consequência da continuação da queda do crédito concedido às famílias e empresas e, conseqüentemente, da diminuição do Produto Bancário, como se mostrou, que se reflete negativamente neste rácio.

5. Os Resultados líquidos no 1º sem.2018 conseguidos à custa do FINIBANCO Angola cujos dividendos dificilmente serão transferidos para Portugal e de imparidades transferidas de 2018 para 2017, e de “Ativos por impostos diferidos

Entre 2015 e 2017, as “imparidades totais”, que incluem as “imparidades de crédito” diminuíram de 359,3 milhões € (Tomás Correia) para 191 milhões € (Félix Morgado), ou seja, reduziram-se em 168,3 milhões € e, entre o 1º sem.2017 e o 1º sem.2018, já com a administração de Carlos Tavares, as “imparidades totais” diminuíram de 91 milhões € para 59 milhões €, ou seja, em 32 milhões €, mas mesmo esta diminuição de 32 milhões € só foi conseguida à custa da transferência feita por Carlos Tavares, quando tomou posse no início de 2018, de cerca de 23 milhões € de imparidades de 2018 para 2017, o que fez baixar o Resultado líquido apresentado pela administração de Félix Morgado em 2017 de cerca de 30 milhões para apenas 7,8 milhões €, e melhora o Resultado líquido de 2018, pois ficam menos imparidades para 2018

Analisemos com mais detalhe o Resultado líquido positivo de 15,8 milhões € apresentado por Carlos Tavares no 1º sem.2018. Se olhar-se com atenção para a penúltima linha da “Demonstração de Resultados consolidados” conclui-se que isso só foi possível à custa de 11,9 milhões € de “Resultados de operações em descontinuação”, ou seja, fundamentalmente dos lucros do FINIBANCO que acabam por não beneficiar a CEMG, pois não se conseguem transferir para Portugal, e com a provável venda deste banco é previsível que nunca sejam recebidos. Se deduzirmos estes 11,9 milhões € aos 15,8 milhões €, os Resultados do 1º semestre de 2018 ficam reduzidos a 3,9 milhões €, uma rentabilidade nula para 2.420 milhões € de poupanças dos associados que a Associação Mutualista investiu na CEMG. A acrescentar há ainda o facto do auditor, que é a KPMJ, ter permitido que Carlos Macedo aumentasse os “Ativos por impostos diferidos” para 514 milhões € (+48M€), empolando assim os lucros quando a CEMG não tem plano de negócios para absorver aquele valor, mas serviu para compor os resultados.

6. Os rácios de solvabilidade e de liquidez, o rácio de ativos improdutivos (NPE) que continua demasiadamente elevado, e a situação dos trabalhadores da CEMG

Como consta também do quadro 1, os rácios de solvabilidade (CET1, Tier1 e o Rácio Total) melhoraram levemente depois de Dez.2017 devido à redução dos RWA (crédito ponderado pelo Eugénio Rosa – economista – mais estudos em www.eugeniorosa.com pág. 3

Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

risco) consequência da redução da carteira e certamente do abate ao Ativo de muitos milhões € de crédito totalmente provisionado por se concluir que não seria recebido (seria perdido) a que se deve ter adicionado o efeito da aceitação pelo Banco de Portugal, depois de muitos anos de adiamento, dos DTA (*impostos diferidos*) com efeitos positivos nos rácios de capital.. O rácio de liquidez (LCR) apresenta um valor confortável (151% quando o Banco de Portugal só exige 100%), o que mostra que a CEMG tem capacidade para conceder crédito à economia que o não faz.

A nível de trabalhadores da CEMG a situação é instável. O chamado Plano de transformação, pedido por Carlos Tavares a uma empresa de consultoria externa, se fosse aplicado provavelmente daria origem a um elevado número de despedimentos. Por outro lado, o crédito a empresas, atualmente na Caixa Económica, seria transferido para o Montepio investimentos o que “libertaria” dezenas de trabalhadores da DCEI da CEMG que, por essa razão, estão preocupados com o seu futuro. É uma situação que a administração da CEMG tarda ou não quer esclarecer, que cria insegurança aos trabalhadores, e mostra desconsideração por eles apesar de serem associados do Montepio (*uma parte das suas poupanças estão investidas na CEMG, e esta tem conseguido sobreviver, apesar da má gestão passada, à custa dessas poupanças, em que uma parte já foi delapidada*) É urgente que a administração de Carlos Tavares garanta a segurança dos trabalhadores pois não é com agências “low-cost” (*mais uma ilusão*) que se faz isso e se recupera a CEMG

II - ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS DA CEMG NO PERÍODO 2015/1º Sem.2018: a continuação da queda do crédito

No quadro 2 reuniram-se os dados das contas mais importantes dos Balanços consolidados da CEMG-Montepio referentes aos anos de 2015, 2016, 1º sem.2017, 2017 e 1º Sem.2018. Eles dão um retrato sintético da situação da CEMG no fim de cada um dos períodos considerados, e da evolução verificada entre eles.

RÚBRICAS	2015 - Tomás Correia Milhões €	2016 Félix Morgado Milhões €	1ºsem.-2017 Félix Morgado Milhões €	2017 Félix Morgado/C. Tavares Milhões €	1º sem.2018 Carlos Tavares Milhões €	2015-2017 - Tomás Correia/Félix Morgado Milhões €	2017-1º semestre 2018 Carlos Tavares Milhões €
ATIVO LIQUIDO (a CEMG está a encolher)	21145	21 346	20 206	20 200	19 249	-945	-951
Caixa e em Bancos centrais	424,45	381	424	1 734	1 721	1 309	-13
Aplicações em instituições de crédito	238	70	59	312	317	74	5
Ativos disponíveis para venda	3068,5	2 400	2 842	2 201	992	-868	-1 208
Aplicações ativos disponíveis venda % Ativo liquido	14,5%	11,2%	14,1%	10,9%	5,2%	-24,9%	-5,7%
CREDITO BRUTO	15 944	15 041	14 890	14 063	13 727	-1 881	-336
Imparidades de crédito acumuladas	1 282	1 180	1 192	1 034	1 101	-248	67
CREDITO LIQUIDO	14 662	13 861	13 698	13 029	12 626	-1 633	-403
Ativos não correntes disponíveis para venda (dações)-Liquido	755	760	734	742	740	-13	-2
Propriedades de investimento	692	608	563	539	286	-154	-253
Ativos por impostos diferidos	404	522	486	466	514	63	48
PASSIVO	19 801	19 889	18 433	18 437	17 620	-1 364	-817
Recursos bancos centrais	2 277	2 323	2 700	1 558	1 547	-719	-11
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRESTIMOS (depósitos)	12 969	12 468	11 628	12 561	12 483	-408	-78
Responsabilidades representadas por títulos	2 031	1 920	1 063	1 544	1 236	-487	-308
RECURSOS CLIENTES+ RESPONSABILIDADES TITULOS	15 000	14 388	12 690	14 105	13 719	-895	-386
Passivos subordinados	333	251	252	236	121	-97	-115
Outros passivos	204	247	235	371	212	167	-159
RACIO TRANSFORMAÇÃO (Crédito liquido/Depósitos)	113,1%	111,2%	117,8%	103,7%	101,1%	-7,4%	-17%
RACIO TRANSFORMAÇÃO-2 (Crédito liquido/Depósitos+Resp. Títulos)	97,7%	96,3%	107,9%	92,4%	92,0%	-4,0%	-16%
NPE(Non Performing Exposures)/Crédito bruto	20,7%	18,7%		16,4%	15,8%	-20,8%	-4%
ATIVOS PODERADOS PELO RISCO	13 962	12 830	12 197	11 875	11 259	-2 087	-616
CAPITAIS PRÓPRIOS	1 344	1 456	1 459	1 763	1 630	419	-133
CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUIDOS AO AÇIONISTA	1 315	1 433	1 459	1 730	1 602	415	-128
CAPITAL SOCIAL	1 500	1 770		2 420	2 420	920	0

FONTE: Contas anuais de 2016 e 2017, e contas semestrais de 2017 e 2018 - Caixa Económica Montepio Geral

Uma análise detalhada dos dados constantes do quadro 2 permite tirar mais algumas conclusões importantes para os quais se chama a atenção (*constam dos pontos seguintes*).

1. A carteira de crédito concedido pela Caixa Económica continua a diminuir apesar da CEMG continuar a ter uma elevada liquidez

O CRÉDITO BRUTO concedido pela CEMG às empresas e às famílias continuou a diminuir no 1º semestre de 2018, tendo-se reduzido, entre 2015 e 2017, de 15.949 milhões € para 14.063 milhões € (-1.886 milhões €) e, entre o 1º sem.2017 e o 1º sem.2018, reduziu-se de 14.890 milhões € para 13.727 milhões € (-1.163 milhões €). Entre Dez.2017 e Junho de 2018 diminuiu em 336 milhões €

Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

Uma evolução semelhante também se verificou a nível do crédito líquido de imparidades. Entre 2015 e 2017, **o CRÉDITO LÍQUIDO** concedido pela CEMG diminuiu de 14.662 milhões € para 13.029 milhões € (- 1.633 milhões €) e, entre o 1º sem.2017 e o 1º sem.2018, continuou a cair tendo passado de 13.698 milhões € para 12.626 milhões €, uma redução de 1.072 milhões € (entre Dez.2017 e Junho de 2018 diminuiu 403 milhões €), o que mostra que a administração de Carlos Tavares está a ser incapaz de inverter a queda continuada da carteira de crédito da Caixa Económica, e sem essa inversão não conseguirá recuperar da situação difícil em que ela se encontra nem permitir rentabilizar as poupanças dos associados que estão aplicados nela.

E isto apesar da CEMG apresentar um elevado rácio de liquidez (LCR) de cerca de 151% como consta do quadro 1, quando o Banco de Portugal exige um rácio de liquidez de apenas 100%. Para além disso, o Rácio de transformação que se obtém dividindo o Crédito líquido concedido pelos depósitos diminuiu, entre o 1º sem.2017 e o 1º sem.2018, de 117,8% para 101,1%, mas se incluir as “Responsabilidades representadas por títulos”, que são também recursos captados a clientes, o Rácio de transformação 2 diminuiu, no mesmo período de 107,9% para apenas 92%, isto significa que no 2º semestre de 2018 a Caixa Económica Montepio Geral por cada 100€ de recursos que captava aos clientes só concedia crédito no montante de 92€. É evidente que a atual administração não está a utilizar devidamente os recursos que detém para promover o crescimento económico e o desenvolvimento do país, concedendo crédito às famílias e às empresas.

2. A redução dos Capitais Próprios da CEMG e dos Capitais atribuíveis ao acionista durante a administração de Carlos Tavares

Uma situação que merece atenção é a revelada pela evolução dos CAPITAIS PRÓPRIOS e dos CAPITAIS ATRIBUIDOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS durante a gestão da Administração de Carlos Tavares. OS CAPITAIS PRÓPRIOS correspondem à diferença entre o ATIVO (o que a CEMG possui ou tem a haver) e o PASSIVO (aquilo que CEMG deve e tem de pagar) e, entre 2017 e o 1º sem.2018, os CAPITAIS PRÓPRIOS da CEMG diminuíram de 1.730,1 milhões € para 1.601,6 milhões € (- 128,5 milhões €), e os CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AO ACIONISTA, ou seja, à Associação Mutualista, diminuíram, no mesmo período, de 1.730,1 milhões € para 1.601,6 milhões € (- 128,5 milhões €). Tal situação deverá resultar de maiores exigências dos supervisores (BCE e BdP), nomeadamente resultante dos efeitos da aplicação transitória da IFRS9. Mas o CAPITAL SOCIAL, pertencente à Associação Mutualista investido na CEMG, totaliza 2.420 milhões €, como consta do quadro 2 e das contas apresentadas pela atual administração da CEMG.

III - O “BURACO NEGRO” A NÍVEL DE INFORMAÇÃO DA SITUAÇÃO VERDADEIRA DA AMMG E O NÃO CUMPRIMENTO DAS PROMESSAS/PREVISÕES POR TOMÁS CORREIA

Ainda mais grave do que está a acontecer na CEMG, em que se dispõe de um mínimo de informação, é a ausência total de informação aos associados sobre a situação da Associação Mutualista Montepio Geral onde mais de 620.000 associados têm aplicados 3.100 milhões € das suas poupanças. No Programa e orçamento para 2018, Tomás Correia previa (prometeu) para este ano o aumento dos associados do Montepio de 625.000 para 659.000, uma Margem associativa 422 milhões €, o que pressupunha que os associados investissem 1.077,9 milhões € das suas poupanças na Associação Mutualista. Mas nada disto era e é real.

O certo é que nada do previsto por Tomás Correia para 2018 tem-se verificado. Devido à falta de confiança que os associados têm numa administração, em que alguns dos seus membros têm processos na Polícia Judiciária ou no Banco de Portugal, o que tem afetado profundamente a reputação do Montepio e a confiança geral, o número de associados tem diminuído (cerca de mil), e o levantamento de poupanças por parte dos associados da Associação Mutualista tem sido superior às entradas em cerca de 130 milhões € até Julho de 2018 (Margem Associativa negativa de 130 milhões € até julho de 2018, quando Tomás Correia previa para 2018 numa Margem Associativa de +422 milhões €), o que poderá criar uma situação insustentável ao Montepio (AM), já que a Associação Mutualista só se aguenta enquanto as entradas de dinheiro forem superiores às saídas.

É necessário que os associados afastem nas próximas eleições que se realizam em Dezembro de 2018, a administração de Tomás Correia e os seus homens de confiança que poderão aparecer disfarçados em outra lista, que já destruíram muitas centenas de milhões € do valor do Montepio e afetaram profundamente a confiança que existia em relação ao Montepio, e que os substituam por uma administração de associados honestos que queiram verdadeiramente SALVAR O MONTEPIO, e não se aproveitar do Montepio, que informem com verdade os associados sobre a situação real da Associação Mutualista, mandando fazer uma auditoria independente às contas da Associação Mutualista, para apurar responsabilidades e tomar as medidas para dar segurança aos associados e captar de novo a sua confiança tão fortemente abalada pelas administrações de Tomás Correia.

Eugénio Rosa – economista – edr2@netcabo.pt 30-9-2018

Eugénio Rosa – economista – mais estudos em www.eugeniorosa.com pág. 5